

ESTUDO

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS E ACADÉMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, 2023

Projeto EUROSTUDENT VIII - O primeiro inquérito europeu pós-pandémico

ELABORAÇÃO DO ESTUDO: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Susana da Cruz Martins (Coord.)

Bernardo Machado

Rosário Mauritti

Pedro Ramos (consultor)

PROMOÇÃO DO ESTUDO: DGES-MCTES

Sumário executivo

O presente estudo toma por referência o inquérito às condições de vida e de estudo dos estudantes do ensino superior no quadro da participação portuguesa no Projeto Europeu EUROSTUDENT VIII. Este Projeto tem recolhido e analisado dados comparáveis sobre a dimensão social nos sistemas europeus de educação superior. Nesta última edição, o inquérito envolveu uma vasta gama de tópicos relacionados com as condições sociais e económicas e de estudo dos estudantes, reforçando esta diversidade através de módulos temáticos, como a saúde e bem-estar, os efeitos da pandemia (provocada pela Covid19), a digitalização no ensino superior e as experiências de discriminação.

O Projeto Europeu tem duas orientações centrais: a caracterização aprofundada da realidade nacional e a possibilidade de comparar e contextualizar as realidades nacionais no espaço europeu. O estudo agora apresentado tem por missão o aprofundamento da primeira vertente, ou seja, a caracterização e análise do perfil português. A pesquisa aprofundada e continuada sobre os estudantes tem revelado uma grande diversidade de condições, percursos e possibilidades de integração durante a formação no ensino superior.

Operacionalização da pesquisa: recolha e análise de informação

A recolha de informação foi levada a cabo entre 10 de maio e 19 de junho de 2023 (2º semestre, 2023/24), a partir de um convite da DGES às instituições do ensino superior, tendo estas endereçado o questionário aos seus estudantes. Desta operação obteve-se uma amostra de 10 603 casos válidos, excluindo os estudantes de doutoramento (CITE 8), e tendo em conta um universo de 420.826 estudantes (dados administrativos da DGEEC), em 2022/23 (o ano letivo de implementação do inquérito). O procedimento de inquérito utilizado foi *online*, a partir da plataforma *LimeSurvey*. A amostra resulta de uma taxa de retorno bruto (casos válidos por total de convites efetuados) de 0,025 (2,5%) e como taxa de retorno líquido 0,42 (42%, se tivermos em conta os casos válidos a dividir pelo número de respondentes). Apesar da distribuição da amostra em algumas das variáveis nucleares ser relativamente próxima das disponíveis no universo, o ponderador definido foi muito relevante para as tornar ainda mais equivalentes e corrigir

outras que pudessem estar mais distantes. Para se corrigir alguns dos desvios identificados, definiu-se um ponderador combinado. A definição do ponderador respeitou um novo procedimento de construção, presente no manual '*INSTRUCTIONS ON DATA PROCESSING (PART A)*' (Preparation of national datasets 24.11.2022, 3.^a edição), reforçando a robustez dos dados. A fase de construção foi prolongada, face ao inicialmente previsto no calendário, para permitir o acesso a dados institucionais do ano letivo de 2022/23 (ano em que o inquérito foi implementado).

De facto, considerou-se que a amostra já apresentava qualidade, tendo em conta a correspondência entre a distribuição de variáveis chave na população e na amostra. No entanto, duas das variáveis centrais apresentavam um desvio relevante: o *sexo* e a *taxa de bolseiros*. Uma outra variável integrada neste ponderador é a idade.

Outros indicadores, cujos dados são conhecidos no universo, e absolutamente centrais para aferir a consistência da amostra resultante, não entram no ponderador por não apresentarem grandes desvios face à sua distribuição na população. Adiante-se, adicionalmente, que uma parte das diferenças identificadas ficam corrigidas com a aplicação do ponderador (construído a partir das variáveis anteriores). Um desses indicadores é o número de estudantes por distrito (nos níveis das CITE 5 a 7). Este é o primeiro inquérito nacional, no âmbito do Projeto EUROSTUDENT, implementado numa fase pós-pandémica.

Caracterização e diversidade

Quanto à caracterização dos estudantes, persiste ainda uma sobrerrepresentação de pais com o ensino superior face à população portuguesa, visível sobretudo no ensino universitário, mas, em simultâneo, a verificação de um progressivo alargamento do acesso em relação às *origens educacionais* destes estudantes.

Os *estudantes internacionais* bem como os que apresentam experiência migratória (1.^a ou 2.^a gerações, em que pelo menos um dos progenitores é imigrante) estão numa proporção relativamente equivalente ao anterior Inquérito do EUROSTUDENT (aplicado no ano letivo 2020/2021). Não chega a um quinto os estudantes que têm uma *experiência de imigração*, quer diretamente (3,8%), quer por via das suas origens (a rondar os 13,4%). Os *estudantes internacionais* representam cerca de 7% dos estudantes do ensino superior.

Um outro aspeto, que ilustra a diversidade identificada, prende-se com a frequência de estudantes com algum tipo de *incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional*, tendo sido apurado uma presença reforçada à verificada nos dados portugueses do EUROSTUDENT VII (EVII). É de salientar um aumento de referências a doenças físicas crónicas (7,9% reportaram este tipo de problemas) e, numa tendência que já vinha em formação, aumentaram os que assinalam problemas de saúde mental (cerca de 9% dos estudantes). A par de uma tendência crescente (já verificada no anterior inquérito, EVII), o eventual aumento dos problemas de saúde mental, decorre dos efeitos da pandemia e dos constrangimentos relacionais e de mobilidade que estiveram implicados neste evento.

Informação sobre a caracterização dos estudantes, 2022/23 (2.º semestre)

<i>Níveis de escolaridade dos pais</i>	Universidade (%)	politécnico (%)
Ensino básico (1.º, 2.º e 3º ciclo)	20,8	30,7
Ensino secundário	29,3	33,8
Ensino pós-secundário não superior	2,6	3,6
Curso Técnico Superior Nacional	6,4	5,5
Bacharelato ou licenciatura	21,7	16,2
Mestrado	13,3	6,1
Doutoramento	4,3	2,0
Não sabe/Não aplicável	1,5	2,1

<i>Experiência ou origem migratórias</i>	%
2ª geração, origem migratória estrangeira (ambos os pais nascidos no estrangeiro)	2,2
2ª geração, origem migratória mista (mãe ou pai nascidos no estrangeiro)	11,2
1ª geração	3,8
Nativos (sem origem migrante e com percursos prévios de escolaridade em Portugal)	74,3
Estudantes internacionais (qualificações obtidas em Instituições de Ensino estrangeiras)	7,1
Outros	1,4
<i>Existência de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional</i>	%
Doença física crónica	7,9
Problema de saúde mental	9,0
Incapacidade de mobilidade	1,0
Incapacidade sensorial (visão, audição)	11,6
Incapacidade de aprendizagem (PHDA, dislexia)	3,2
Outro problema de saúde/limitação funcional/incapacidade permanentes	4,6
Sem incapacidade	70,8
Total	100,0

Percursos e experiências académicas

Mais de 85% dos estudantes da amostra demoraram menos de 2 anos na *transição para o ensino superior*. Tal significa que, na sua grande maioria, os estudantes fazem percursos de qualificação diretos e sem interrupções. Em menor dimensão (do que na amostra do anterior inquérito, EVII), 35% dos estudantes tiveram experiências de *trabalho remunerado antes de ingressarem no ensino superior*. Relativamente à *mobilidade internacional*, comparativamente com o Inquérito anterior (EVII – 2020/21), os dados recolhidos no ano letivo 2022/23 (EUROSTUDENT VIII (EVIII)) apresentam um acentuado aumento na percentagem de estudantes que indicaram ter tido algum tipo de experiência de estudo no estrangeiro (9,5% para 24,9%). O EVII, tendo sido implementado no final de 2020, evidencia ainda os constrangimentos na mobilidade provocados pela pandemia. Por outro lado, o último inquérito (EVIII) revela a expectável abertura a este tipo de experiência no pós-pandemia.

Informação sobre os percursos e experiências académicas

<i>Tempo na transição do ensino secundário e o ensino superior</i>	%	
Até dois anos	87,4	
Mais de dois anos	12,6	
<i>Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior</i>	34,6	
<i>Estudantes que tiveram atividade de estudo no estrangeiro</i>	24,9	
<i>Experiências de discriminação</i>	Mulheres (%)	Homens (%)
Género	11,6	3,9
Peso	9,3	6,2
Rendimentos	8,2	6,0
Problema de saúde mental	7,5	4,7
Idade	7,2	6,4
Nacionalidade	6,7	6,5
Sexualidade	4,4	6,8
Incapacidade	4,4	4,6
Cor da pele	4,0	3,8
Religião	2,9	3,2
Qualificação dos pais	2,7	2,5

As condições e situações de residência dos estudantes do ensino superior são relativamente diversificadas. A maioria dos estudantes (49,3%) vive em casa dos pais/familiares. Entre os que têm até 21 anos este valor fica reforçado (55,3%) e mantém-se ainda muito relevante se considerarmos o grupo etário seguinte, até aos 24 anos (55,7%). É também nestes escalões etários mais jovens que, com mais frequência, se encontram alojados em residências para estudantes. Face à última edição do Projeto EUROSTUDENT, houve uma redução dos *estudantes que vivem com os seus pais*. É na capital (Lisboa) que encontramos mais estudantes a viver com os seus pais (56,2%) e isto pode estar relacionado com o tipo de custos de alojamento que têm sido observados nos últimos anos nesta região.

Informação sobre os contextos de residência

Contexto de residência	Todos os estud. (%)	Idade (%)			
		<21 anos	22 até 24	25 até 29	≥30 anos
Em casa dos pais	49,3	55,3	55,7	45,3	16,2
Numa residência para estudantes	8,8	11,1	8,4	5,6	3,2
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	11,7	1,4	4,3	19,3	62,2
Com outros	22,4	25,8	24,8	20,6	5,3
Sozinho	7,7	6,6	6,7	9,3	13,0

Condições e recursos

Uma das verificações mais relevantes deste estudo é o aumento das despesas dos estudantes portugueses face ao inquérito implementado no final de 2020 (EVII). Tal é, aliás, muito alinhada com outros estudos, que têm vindo a ser conhecidos, sobre as despesas e orçamentos das famílias portuguesas. Em média, o total de estudantes declara despende 903.9 euros/mês. Este valor tem subjacente uma grande heterogeneidade de situações. A idade e condição perante a atividade económica, assim como a fonte de rendimentos que sustentam as despesas mensais são dimensões particularmente relevantes na variação do montante médio de custos declarados pelos estudantes. Também em linha de continuidade com o anterior inquérito, os estudantes mais velhos e também com maior envolvimento laboral, tal como os que têm como principal fonte rendimentos o trabalho, são os que declaram ter um maior volume médio de despesas por mês. A análise por fonte de rendimentos indica ainda que os estudantes dependentes de apoios públicos expressam um padrão de despesas que, em termos médios, é de 518.2 euros/mês.

Informação sobre o conjunto de despesas dos estudantes

Despesas dos estudantes, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento		Média (Euros/mês)	Mediana (Euros/mês)	Desvio-padrão (Euros/mês)
Todos os estudantes		903.0	754.6	552.3
Idade	< 22 anos	777.1	681.4	434.3
	22 até 24 anos	881.0	740.0	492.6
	25 até 29 anos	999.3	875.8	528.9
	30 anos ou mais	1528.9	1382.6	784.8
Fonte de rendimentos	Dependente da família	901.8	747.4	548.4
	Dependente de rendimento próprio	1081.2	958.0	617.3
	Dependente de apoio público aos estudantes	518.2	469.1	262.9
	Outro	873.4	792.9	508.2

No conjunto da amostra, o alojamento implica um custo médio mensal de 299.2 euros. Este valor é, em termos médios, mais elevado do que no anterior inquérito. Os segmentos que declaram despesas médias mensais com alojamento acima do patamar médio global envolvem os estudantes mais velhos (maiores de 25 anos), economicamente ativos e cuja principal fonte de rendimentos é o trabalho. De resto, os que estudam na capital (Lisboa) apresentam um valor médio de despesas com o alojamento mais elevado.

Também à semelhança dos dados referentes às anteriores edições do inquérito, a família foi e continua a ser a principal fonte de rendimentos. Com alguma distância, aparece em segundo lugar o trabalho remunerado. O montante mensal médio proveniente da família é de 898.4 euros. A variação de acordo com a escolaridade dos pais é relativamente expressiva das possibilidades dos apoios prestados: os filhos de pais com baixa escolaridade auferem, em média, menos rendimentos da família, comparando com o segmento com pais com educação superior. Cerca de 96,3% dos estudantes da amostra são destinatários de rendimentos das suas famílias. O rendimento médio por mês dos estudantes que recebem apoio das famílias é de 1257.1 euros, e destes 898.4 euros têm origem na família. Os estudantes com atividade remunerada têm, em média, 1585.4 euros por mês (o rendimento médio do trabalho é de 671.0 euros). O montante médio de rendimentos mensais dos beneficiários de apoios diretos do estado é de 1098.8 euros (50% auferem 898.3 euros mensais) e destes o montante médio dos apoios públicos é de 164.5 euros mensais (50% destes beneficia apenas de 89 euros). Um aspeto a ter especial atenção, pelos riscos que comporta para esta população, é a elevada expressão de desigualdade de rendimentos verificada.

Informação sobre as despesas com o alojamento

<i>Despesas dos estudantes com o alojamento por idade, condição perante atividade económica, fonte de rendimentos, local da IES (capital ou fora) (euros/mês)</i>		Média (Euros/mês)	Mediana (Euros/mês)	Desvio-padrão (Euros/mês)
Todos os estudantes		299.2	245.0	244.8
Idade	até 21 anos	271.6	225.0	213.0
	22 até < 25 anos	278.9	230.0	202.5
	25 até < 30 anos	327.4	250.0	289.9
	30 anos ou mais	452.0	400.0	348.9
Atividade económica remunerada	0h	276.6	225.0	224.6
	1-5h por semana	287.6	230.0	212.5
	6-10h por semana	294.5	209.4	218.1
	11-15h por semana	306.4	239.3	259.7
	16-20h por semana	320.7	250.0	228.3
	>20h por semana	385.9	300.0	310.8
Contexto de residência	Em casa dos pais	305.7	200.0	261.1
	Em residência para estudantes	213.2	150.0	183.8
	Com companheiro(a)	441.2	400.0	334.0
	Com outros	260.0	245.0	156.5
	Sozinho(a)	325.3	262.7	263.8
Fonte de rendimentos	Dependente da família	306.5	250.0	247.3
	Dependente de rendimento próprio	330.0	250.0	265.9
	Dependente de apoio público p/ estudantes	170.6	150.0	129.5
Local da IES	≤ 100.000 habitantes	245.0	200.0	184.2
	> 100.000 - 300.000 habitantes	286.9	240.0	222.7
	Capital (Lisboa)	363.3	300.0	302.6

Informação sobre os rendimentos e recursos (em euros por mês)

<i>Média de rendimentos e recursos</i>	Euros/mês			
Média	1259.5			
Mediana	1016.7			
Desvio-padrão	932.1			
<i>Fontes de rendimento e recursos</i>	Euros/mês			
	<i>Família</i>	<i>Trabalho</i>	<i>Fontes não nacionais</i>	<i>Outras</i>
Média	898.4	313.7	3.4	43.7
Mediana	729.7	0.0	0.0	0.0
Desvio-padrão	766.3	720.4	43.8	186.8
<i>Beneficiários de rendimentos da família</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Rendimento da família</i>	
Média	1257.1		933.0	
Mediana	1018.3		751.7	
Desvio-padrão	915.9		760.0	
<i>Estudantes que têm rendimentos do trabalho</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Rendimento do trabalho</i>	
Média	1585.4		671.0	
Mediana	1350.7		500.0	
Desvio-padrão	1111.1		844.2	
<i>Estudantes destinatários de apoios públicos diretos</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Apoios públicos</i>	
Média	1098.8		164.5	
Mediana	898.3		89.0	
Desvio-padrão	794.2		187.4	

Avaliação e satisfação com a formação no ensino superior

Os dados do último inquérito mostram o acentuar de problemas de integração social e institucional no ensino superior. Tal está presente no aumento daqueles que sentem que não pertencem ao ensino superior e, de forma ainda mais problemática, daqueles que consideram (parcialmente e ou de forma mais consolidada) *abandonar os estudos* (de 10% para 17,1%).

Os estudantes da amostra dão conta que, pelo menos depois do estado pandémico, o regresso ao ensino presencial foi a norma. A projeção dos estudantes acerca do que seria uma situação ideal na preponderância destas modalidades, situa-se numa versão mais híbrida, embora, ainda assim, mais posicionada no lado de relações educativas presenciais.

Os serviços de apoio que, com maior frequência, os estudantes declaram conhecer pior são aqueles que se referem aos apoios financeiros. Os serviços que reportam conhecer com mais frequência, mesmo que nunca os tenham utilizado, são os serviços de apoio à saúde mental e de apoio ao estudo.

Avaliação sobre o percurso no curso/programa de estudos (%)

<i>Avaliação sobre o percurso no programa de estudos (%)</i>	Tenho muitas vezes a sensação de que não pertencço ao ensino superior (%)	Sempre foi claro para mim vir estudar um dia para o ensino superior (%)	Estou a pensar seriamente em abandonar os meus estudos (%)
Concordo totalmente	23,5	75.9	7.4
Concordo parcialmente	18,8	12,5	9,7
Discordo totalmente	57.7	11.5	82.9

Satisfação com o digital no programa de estudos e conhecimento e utilização de serviços de apoio fornecidos pelas instituições de ensino superior

<i>Satisfação com disponibilidade digital no programa de estudos (%)</i>	<i>1 - Muito satisfeito/a</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5 - Nada satisfeito/a</i>	<i>Não preciso</i>	<i>Total</i>
unidades curriculares/ aulas online	16,3	22,2	22,7	11,5	11,2	16,1	100,0
unidades curriculares/ aulas gravadas	10,5	13,3	20,1	16,4	22,7	17,0	100,0
exames/provas/ e testes online	11,3	17,5	24,7	13,9	14,6	18,0	100,0
materiais de apoio ao estudo (livros, textos, etc.)	23,4	33,7	23,9	11,4	5,9	1,7	100,0
serviços administrativos (inscrições, formulários)	18,5	27,4	27,7	13,2	10,0	3,2	100,0
serviços de apoio/ aconselhamento	10,1	15,5	31,4	18,0	16,2	8,8	100,0

<i>Conhecimento e utilização de serviços (%)</i>	<i>Conhecimento de serviços de <u>apoio ao estudo</u></i>	<i>Conhecimento de serviços de apoio à <u>saúde mental</u></i>	<i>Conhecimento de serviços de <u>apoio financeiro</u></i>	<i>Conhecimento de serviços de <u>apoio ao alojamento</u></i>
Sim, mas ainda não utilizei	51,6	60,1	32,1	43,7
Sim, e já utilizei	8,3	11,8	9,2	7,4
Não conheço	40,1	28,1	58,7	48,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0